JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano II – Nº 368 – Brasília, segunda-feira, 9 de dezembro 1996

Balanço mostra que Senado já apreciou 630 matérias este ano

Entre propostas aprovadas em novembro, estão a instituição da agência que vai coordenar política de energia e a criação da CPI para apurar denúncias na emissão de títulos públicos

Senadores cobram apuração de denúncia

Os senadores Francelino Pereira e José Eduardo Dutra pediram em plenário a apuração rápida e rigorosa das denúncias envolvendo dois deputados da Comissão Mista de Orçamento. Já o presidente do Senado, José Sarney, garantiu que o Congresso vota o Orçamento no prazo legal. **Página 4**

O plenário do Senado apreciou 630 matérias do início do ano até novembro. Deste total, 502 proposições foram aprovadas, conforme levantamento divulgado pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva. Somente no mês de novembro, foram apreciadas 26 matérias, entre elas projetos importantes como o que cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que vai coordenar todas as políticas para este setor.

Ainda em novembro, o Senado deu uma contribuição aos esforços no sentido de reduzir as fraudes praticadas por hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde, ao aprovar a obrigatoriedade de ser apresentado aos pacientes, no momento da alta, um demonstrativo detalhado das despesas.

Outra proposta aprovada foi a criação da CPI dos Títulos Públicos, que vai apurar denúncias relativas a irregularidades na emissão de papéis de governos estaduais e municipais.

Em novembro, três dos 26 projetos aprovados foram enviados à sanção presidencial. Dez deles foram encaminhados à promulgação e dois, enviados à Câmara. **Página 3**

Cafeteira e Jucá debatem a reeleição

Jucá apóia tese de recondução no Executivo mas sugere medidas para evitar abusos. Cafeteira acusa o presidente Fernando Henrique de abrir mão do passado. **Página 5**

Calheiros sugere rever aumento nos planos de saúde

Página 7

Convênio traz informações da Previdência

O Senado e o Ministério da Previdência assinaram sexta-feira convênio que permitirá a todos os que tenham acesso à rede do Prodasen obter qualquer informação sobre a Previdência. O senador Odacir Soares (PFL-RO), primeiro-secretário do Senado e representante da Casa no ato de assinatura, destacou a importância da iniciativa:

- O convênio irá beneficiar o País e os cidadãos, que passam a ter acesso a uma série de informações hoje não acessíveis exatamente pela inexistência de um instrumento desse tipo - disse Odacir.

Odacir, ao lado de Stephanes, assina o convênio que aproxima mais o Senado da Previdência

Ignácio sugere política para acabar com exclusão racial

Problema requer firme decisão política, "como a teve o presidente Fernando Henrique Cardoso ao criar o Grupo de Valorização da População Negra", observa o senador

O senador José Ignácio (PSDB-ES) afirmou que o problema da exclusão racial no Brasil, "por maior e mais grave que seja", é parte da exclusão social que atinge expressiva parcela da população do País, "quer seja branca, negra ou mestiça".

Em razão disso, o senador entende que o caminho mais correto a se tomar, num primeiro momento, "é o das políticas públicas universalistas, acompanhadas de severas medidas de combate a qualquer manifestação de racismo ou de discriminação racial, de forma a assegurar aos negros todos os direitos e garantias constitucionais".

José Ignácio

- Só a partir da implantação dessas políticas públicas universalistas é que poderia dar resultado qualquer política compensatória pelos 400 anos de escravidão, abandono e exclusão das nossas populações negras e mestiças - disse o senador, ressaltando que essas questões requerem firme decisão política, "como a teve o presidente Fernando Henrique Cardoso ao criar o Grupo de Valorização da População Negra e ao regularizar a posse das terras dos quilombos".

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h30 - Despachos internos
14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO
14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

Terça-feira (10.12.96)
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 23/96**, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia (GO); ***PLS nº 191/96**, que altera a redação da Lei nº 8.031/90, para facultar ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, excluir empresa do Programa Nacional de Desestatização; e ***PLC nº 68/96**, que dispõe sobre a prorrogação de prazo para renovação de certificado de entidades de fins filantrópicos e de recadastramento junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e anulação de atos emanados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) contra instituições que gozavam de isenção da contribuição social, pela não-apresentação do pedido de renovação do certificado em tempo hábil.
Quarta-feira (11.12.96)
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Comparecimento do ministro da Justiça, Nelson Jobim, para prestar esclarecimentos sobre a atuação do governo federal no despejo de garimpeiros e desobstrução da área denominada Serra Leste, no município de Curionópolis - PA.
Quinta-feira (12.12.96)
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 195/95**, que concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial; ***PLS nº 196/95**, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; e ***PLS nº 258/95**, que cria área de livre comércio em Brasília (DF).

COMISSÕES

Terça-feira (10.12.96)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação **não terminativa** do ***PLC nº 43/95**, que dispõe sobre o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), o Fundo da Marinha Mercante e a Fundação Nacional dos Trabalhadores em Atividades de Apoio Operacional em Empresas de Navegação Marítima (FUNDNAV); ***PLC nº 104/95**, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; ***PLC nº 119/95**, que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); ***PLS nº 198/95**, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate; ***PLS nº 291/95** (Complementar), que extingue o Conselho Monetário Nacional, define as condições para a autonomia do Banco Central do Brasil e fixa os requisitos para o exercício de seus cargos de direção; ***PR nº 34/96**, que altera a Resolução nº 69/95, para limitar a 98% o percentual máximo de refinanciamento da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e **terminativa** dos ***Substitutivo ao PLS nº 108/95** (discussão em turno suplementar), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas; ***PLS nº 28/95**, que dispõe sobre a redução do valor das tarifas para estudantes nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais; ***PLS nº 298/95**, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 41/95**, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; ***PEC nº 53/95**, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; ***PEC nº 44/95**, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; ***PEC nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária; ***PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; ***PEC nº 46/95**, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; ***PEC nº 9/96**, que acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição federal e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da perícia oficial; ***PEC nº 42/95**, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituam ou aumentem impostos; ***PEC nº 20/96**, que altera a nomenclatura de vereador para deputado municipal; ***PEC nº 6/96**, que torna o voto facultativo; ***PEC nº 7/96**, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interfiram nas relações federativas; ***PEC nº 52/95**, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; ***PEC nº 35/95**, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; ***PEC nº 5/96**, que estabelece a instituição mista de ensino; ***PDL nº 45/95**, que susta o Decreto nº 1.480/95, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais. **Matérias terminativas: *PLS nº 84/95**, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); ***PLS nº 7/96**, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e ***PLS nº 13/95**, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*
18h- Comissão Especial destinada a estudar a reforma político-partidária
Pauta: Apreciação do relatório preliminar. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*
Quinta-feira (12.12.96)
11h - Comissão Temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia
Pauta: Esplanações do secretário de Coordenação dos Assuntos da Amazônia, José Seixas Lourenço. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

Senado já apreciou 630 matérias em 1996

Só em novembro foram votadas pelo plenário 26 propostas, entre as quais a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a instalação da CPI dos Títulos Públicos

O plenário do Senado já apreciou 630 matérias desde o início do ano de 1996, perfazendo um total de 502 proposições aprovadas, até novembro. Segundo dados divulgados pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, no mês de novembro foram apreciadas 26 matérias. Os senadores votaram no mês passado, entre outras propostas, o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), primeira autarquia com total independência financeira do governo. O plenário decidiu também pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades relacionadas com a emissão e negociação de títulos públicos destinados ao pagamento de dívidas judiciais (CPI dos Títulos Públicos).

A aprovação do projeto de criação da Aneel obteve expressiva maioria - 40 a 3. A agência fiscalizará as empresas hidrelétricas a serem privatizadas pelo governo. Os nomes do presidente e dos diretores da Aneel terão de ser aprovados pelo Senado, e eles não poderão trabalhar em empresas do setor elétrico por um ano depois de deixar a diretoria.

O plenário do Senado aprovou 502 das 630 matérias votadas este ano

Instalada na terça-feira (dia 3), a CPI dos Títulos terá noventa dias para apresentar suas conclusões sobre as denúncias, entre elas a de inclusão de documentos falsos na documentação apresentada por governos estaduais e prefeituras, e enviada ao Senado pelo Banco Central. O presidente do Senado, José Sarney, garantiu que a apuração irá "até o fim".

Ainda em novembro, o plenário aprovou projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) estabelecendo que, no momento da alta hospitalar, as unidades do Sistema Único de Saúde e hospitais conveniados deverão fornecer ao usuário demonstrativos detalhados de despesas. A proposta, que visa impedir fraudes contra o SUS, foi enviada à apreciação da Câmara dos Deputados.

Também foi encaminhado à Câmara projeto de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) determinando que as empresas que prestam serviços públicos de água, luz e gás emitam comprovante da quantidade consumida no ato da medição. A medida visa proteger o consumidor na hipótese de ocorrer cobrança indevida, quando ele se vê obrigado a pagar a conta de imediato, para evitar o corte do fornecimento.

Foram aprovados e enviados à sanção do presidente da República, em novembro, projetos de lei dispondo sobre a condução de veículo oficial, autorizando a Itaipu a contratar o pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, e permitindo a absorção, pela União, dos custos excedentes decorrentes da construção e operação das usinas nucleares pela Furnas Centrais Elétricas.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO EM 1996
(de 8 de janeiro a 30 de novembro)

Projetos aprovados e enviados à sanção	52
Projetos aprovados e enviados à promulgação	213
Projetos aprovados e enviados à Câmara	134
Mensagens de escolha de autoridades e embaixadores	102
Recurso aprovado	1
Total de matérias aprovadas	**502**
Total de matérias enviadas ao arquivo	128
Total de matérias apreciadas	**630**

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO EM NOVEMBRO

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação	10
Projetos aprovados e enviados à Câmara	2
Mensagens de escolha de autoridades e embaixadores	1
Total de matérias aprovadas	**16**
Total de matérias arquivadas	10
Total de matérias apreciadas	**26**

Senadores cobram a apuração rápida de denúncia de corrupção

José Eduardo Dutra e Francelino Pereira ressaltam que imagem do Congresso Nacional não pode ser prejudicada por suspeitas

Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e José Eduardo Dutra (PT-SE) pediram na sexta-feira a apuração rápida e rigorosa das denúncias envolvendo deputados integrantes da Comissão Mista de Orçamento na prática de corrupção.

Francelino Pereira

José Eduardo Dutra

Francelino considerou que o Congresso Nacional "está estupefato, brutalmente atingido", e que os fatos devem ser apurados em sindicância séria, que resulte nas sanções devidas.

Conforme o senador, todos estavam convencidos de que as práticas de corrupção tinham sido bastante atenuadas ou até mesmo excluídas da cena pública. Ele relatou que, em recente encontro da bancada mineira com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso registrou o combate à corrupção, que teria praticamente desaparecido, entre os principais avanços democráticos do País.

Francelino ressaltou que a Comissão Mista de Orçamento deve ser composta por personalidades inatacáveis na vida pública e parlamentar.

Já o líder do PT, senador José Eduardo Dutra, pediu uma apuração rigorosa da acusação que envolve parlamentares e a empreiteira Andrade Gutierrez. Para o senador, a imagem do Congresso não pode ser comprometida pelo episódio.

- Mais uma vez, o Congresso fica na "berlinda" não pelo seu trabalho, mas devido a uma suspeita de corrupção. Os responsáveis têm que ser punidos - disse.

Para José Eduardo Dutra, é necessário apurar os fatos "até porque o caso atual foi objeto de denúncia feita por um ministro de Estado. Não quero fazer juízo de valor sobre quem está correto, mas ou é culpado o deputado ou há uma flagrante leviandade do ministro".

Sarney: Novas regras da Comissão de Orçamento impedem práticas ilegais

O presidente do Senado Federal, José Sarney, garantiu sexta-feira que o Congresso Nacional votará o Orçamento da União nos próximos dias sem nenhuma protelação. Ele afirmou que as denúncias de corrupção envolvendo o deputado Pedrinho Abrão não irão prejudicar em nada o exame da matéria. Segundo o presidente, esse episódio mostra que as modificações promovidas pelo Congresso para o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento impedem ou dificultam muito as práticas ilegais que ocorreram no passado.

- O que ocorreu com o deputado é uma acusação de um fato individual isolado, não é uma prática sistêmica - afirmou Sarney. - O fato até demonstra que o sistema hoje é invulnerável.

Segundo o senador, os parlamentares, agora, só podem apresentar emendas individuais no valor total de R$ 1,5 milhão para obras no estado que representam, que estejam incluídas no plano plurianual ou classificadas como inacabadas. Para a aprovação dessas emendas, conforme explicou, a comissão obedece a rígidos critérios.

Na opinião de Sarney, tanto isso é verdade que o deputado foi acusado de reter seu parecer - com a intenção de exigir pagamentos indevidos - sobre verba destinada pelo Executivo para uma obra no Ceará. Para o senador, isso prova o quanto "a Comissão de Orçamento ficou invulnerável a certas medidas de caráter unilateral".

- Mais uma vez o Congresso agiu com grande rapidez - afirmou Sarney, ao lembrar que o presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães, constituiu uma comissão de inquérito para, no prazo de dez dias, apurar os fatos. Conforme o senador, comprovada a acusação, o Congresso Nacional cassará o mandato dos que forem considerados culpados.

Para Sarney, esse episódio reforça a necessidade de se votar o Orçamento da União ainda este ano, até para evitar-se que membros da comissão venham a ser acusados de retardar a apreciação da matéria com objetivos suspeitos.

Henrique Loyola

Loyola propõe inventário por escritura pública

Com o objetivo de descongestionar o Judiciário e facilitar a vida dos contribuintes, o senador Henrique Loyola (PMDB-SC) apresentou projeto de lei alterando o Código Civil e o Código de Processo Civil para permitir que o processamento do inventário e a partilha dos bens, quando amigáveis, sejam feitos diretamente por escritura pública.

Loyola argumentou sexta-feira, em discurso, que um inventário e uma partilha amigáveis, sem qualquer controvérsia entre as partes, é um procedimento que efetivamente não necessita ser presidido por um juiz de direito. E a segurança da aplicação do direito, em sua opinião, estaria perfeitamente garantida pela obrigatoriedade da assistência de advogado regularmente habilitado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

- Este projeto propõe basicamente permitir que as partes interessadas possam, entre si e com a assistência do advogado por elas constituído, proceder ao inventário e à partilha extrajudicialmente. E, para seguir a tradição nacional, entendemos que esse inventário e partilha devem constar de escritura pública, lavrada na forma da legislação dos registros públicos, pelo tabelionato de notas - explicou ele.

Henrique Loyola também esclareceu que um procedimento que não é necessariamente contencioso pode ficar inteiramente dispensado de seguir os trâmites processuais previstos para os inventários não amigáveis.

Sebastião Rocha

Rocha reclama de empresa de aviação

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou sexta-feira que, pela segunda vez em quatro meses, ficou impedido de viajar para o Amapá num vôo da Vasp em decorrência da superlotação da aeronave. "Trata-se de prática desonesta e desleal, segundo o próprio funcionário do DAC a quem levei minha reclamação", afirmou.

Rocha se disse vítima de prejuízos irreparáveis por não ter viajado, visto que estava sendo aguardado para participar em Macapá de uma solenidade em que seria homenageado pela Associação dos Peritos do Amapá. "O que eu trago aqui não é um assunto pessoal, é um fato grave, porque vários passageiros do avião também foram submetidos a esse tipo de transtorno em decorrência do excesso de passagens vendidas para o mesmo vôo", assinalou.

Sebastião Rocha disse que viaja constantemente para seu estado e nunca foi submetido a esse tipo de constrangimento em vôos da Varig ou da Transbrasil. "Vou exigir medidas do DAC e do Ministério da Aeronáutica para saber como é feita a fiscalização nas empresas de aviação e para que isso não ocorra mais, visto que não é uma prática leal", acentuou.

- Outras pessoas estão sofrendo esse transtorno pelo Brasil afora e eu quero fazer um alerta ao dr. Canhedo (dono da Vasp), porque eu não sei se ele tem conhecimento dessa prática, que considero desonesta - salientou. - Parece que a empresa prefere submeter-se a uma multa a fazer reservas apenas no limite do que comporta a aeronave.

Jucá apóia a reeleição, mas previne para abuso de poder

Governadores e prefeitos devem desincompatibilizar-se "para que se evite a manipulação da máquina administrativa", alerta senador

O senador Romero Jucá (PFL-RR) declarou-se a favor da reeleição para presidente da República e outros cargos executivos, mas advertiu para a possibilidade de, nos estados e municípios mais pobres, governadores e prefeitos candidatos à própria sucessão cometerem abuso de poder político e econômico para vencer os pleitos.

Para coibir essa prática, o senador sugeriu que a Justiça Eleitoral, três meses antes das eleições, delegue ao Ministério Público Federal poderes para investigar tais abusos. Da mesma forma, o Ministério Público passaria a administrar todo o aparato policial destinado pelas secretarias de Segurança à garantia da ordem nas eleições, bem como recursos materiais utilizados por prefeituras no processo eleitoral.

Romero Jucá

Romero Jucá voltou a defender projeto de sua autoria que torna obrigatória a fotografia no título eleitoral e determina a realização de recadastramento dos eleitores. "No Norte e Nordeste ou mesmo em outros estados mais desenvolvidos é comum a falsificação de identidades e títulos, quando, às vezes, o mesmo eleitor chega a votar várias vezes num mesmo pleito", argumenta o senador.

Ele sugeriu ainda a necessidade de desincompatibilização dos governadores e prefeitos postulantes à reeleição, "para que se evite a manipulação da máquina administrativa".

- Para presidente da República, não se discute o problema de desincompatibilização, porque ele não pressiona diretamente o eleitor no município ou no estado pobre - acrescentou.

Para Cafeteira, o Presidente abriu mão de seu passado

"De combativo parlamentar, Fernando Henrique Cardoso tornou-se um presidente mais voltado para os seus interesses", afirmou sexta-feira o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), ao criticar o empenho governamental em aprovar a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição para cargos executivos. Segundo o senador, "o Presidente abriu mão de seu passado, tornou-se um homem diferente na Presidência e pediu que esquecessem o que ele disse".

Cafeteira leu projeto de emenda apresentado pelo então senador constituinte Fernando Henrique Cardoso, em 1988, a favor da reeleição para chefe do Executivo apenas no sistema parlamentarista de governo. Na época, acrescentou Cafeteira, o hoje Presidente argumentava que o risco de uso da máquina administrativa pelo governante que tentasse se reeleger desapareceria no parlamentarismo, porque nesse sistema o chefe da administração é o primeiro-ministro.

Epitácio Cafeteira

Conforme Epitácio Cafeteira, se Fernando Henrique reconhecia que no sistema presidencialista havia o risco de uso da máquina administrativa para o governante reeleger-se, é incoerente o Presidente agora admitir a idéia. E lamentou que a imprensa brasileira esteja direta ou indiretamente apoiando todas as iniciativas do governo, inclusive a tese da reeleição.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o presidente da República, "realmente, está aplicando na prática o aviso de que deviam esquecer tudo que ele disse e escreveu". Dutra lastimou que, junto com Fernando Henrique, tenha mudado o pensamento de vários políticos brasileiros, que também eram contrários à reeleição.

Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou "a forma obsessiva com que o Presidente trabalha pela emenda da reeleição, tudo porque quer ser reeleito a qualquer custo". Para o senador, "tudo leva a crer que o Presidente será capaz de desrespeitar a Constituição para permanecer no poder, e infelizmente os meios de comunicação estão todos do seu lado".

Ademir acusa FHC de "brincar" com reforma

Preocupado com a violência contra trabalhadores rurais, senador afirma que não é possível desenvolver qualquer ação no campo se não forem assegurados os recursos suficientes

Ademir Andrade

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) acusou sexta-feira, da tribuna do Senado, o presidente Fernando Henrique Cardoso de "brincar" com a questão da reforma agrária e criticou a lentidão da Justiça paraense em levar a julgamento os mandantes e executores do assassinato do ex-deputado estadual João Carlos Batista, morto há oito anos em função de seu engajamento na defesa dos sem-terra do Pará. O parlamentar denunciou que a antiga violência do latifúndio agora foi substituída pela "violência do próprio Estado na repressão da luta pela reforma agrária".

Episódios como os massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA), juntamente com a repressão oficial ao movimento dos trabalhadores sem-terra no Pontal do Paranapanema (SP), foram relembrados por Ademir como "exemplos da violência do Estado" na repressão às reivindicações por um amplo processo de reforma agrária. A comparação dos valores alocados na proposta orçamentária da União para 97, em rubricas como as ações do Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, os recursos para pagamento das dívidas públicas e as verbas para as Forças Armadas, levou o senador à conclusão de que o "governo FHC brinca com a questão da terra, pois não é possível pretender fazer seriamente a reforma agrária sem recursos".

De acordo com Ademir Andrade, todos os anos, no dia 6 de dezembro, lideranças políticas e comunitárias do Pará promovem ato público para cobrar a conclusão do processo e o julgamento dos mandantes e executores do assassinato do ex-deputado João Carlos Batista. Os assassinos, dois pistoleiros, estão presos há quase sete anos, sem que a Justiça determine seu julgamento. Manobras judiciais dos advogados que representam os fazendeiros acusados de mandantes do crime vêm protelando a pronúncia, com a complacência do juiz responsável pelo processo, lamenta o senador paraense. Ademir Andrade renovou apelo ao Tribunal de Justiça do Estado, "para que a 6 de dezembro de 1997 não tenhamos que renovar o ato público pedindo justiça para o assassinato do ex-deputado".

Odacir quer rever recursos para Planafloro

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu sexta-feira que seja reconsiderada e revista a relocação de recursos destinados ao programa Desenvolvimento Florestal do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro), que tem como objetivo contribuir para a geração de novas tecnologias e para a promoção do bem-estar econômico e social dos cacauicultores.

Segundo Odacir, o programa sofreu cortes orçamentários que dificultarão o restante da sua execução pelas entidades responsáveis, Emater, Ceplac e Embrapa. Estas empresas trabalham em regime de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e seus dirigentes questionaram a divulgação do documento "Planafloro - Proposta de Revisão do Projeto Bra/94/007", subscrito pelo governo de Rondônia e pelo Planafloro.

No documento é criticada a atuação técnica das três empresas e são recomendados cortes orçamentários dos recursos destinados pelo PNUD. Odacir disse que as colocações ali contidas condenando a atuação dos técnicos da Embrapa não refletem a verdade.

Neste sentido, informou, está enviando a diversas autoridades cópias do seu discurso e do relatório formulado pelo chefe-geral do Centro de Pesquisa Agroflorestal (CPAF), da Embrapa, pesquisador Calixto Rosa Neto, no qual são prestados os esclarecimentos necessários.

Jonas sugere criação de órgão para incentivar a atividade pesqueira

A necessidade de se estabelecer uma política governamental de disciplinamento, apoio e incentivo das atividades pesqueiras no País exige a criação de um órgão específico no âmbito do Ministério da Agricultura, sugeriu sexta-feira o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele disse que, atualmente, essa incumbência é do Ibama, que, a seu ver, "não é o órgão mais adequado para orientar a gestão dos assuntos relativos à pesca, por tratar-se de matéria bastante complexa, tanto do ponto de vista administrativo quanto político".

Jonas Pinheiro justificou sua sugestão afirmando que cerca de 4 milhões de pessoas dependem direta ou indiretamente das atividades pesqueiras, submetidas à crise que atinge o setor há 20 anos. Apenas nos últimos dez anos, salientou, o Brasil passou de exportador a importador de pescados. Em 1985 exportava 250 milhões de dólares e, em 1995, importou esse mesmo valor, disse.

Segundo o senador, o Chile, com metade da faixa litorânea brasileira, tira do seu mar dez vezes mais pescados que o Brasil, exportando anualmente cerca de 1,8 milhão de dólares. Há vários fatores que explicam a baixa produtividade brasileira de pescados, conforme Jonas Pinheiro. Além de as correntes marítimas que chegam à costa serem pobres em nutrientes e com alto grau de salinidade, ele observou que o agravamento da poluição e a pesca predatória inibiram a reprodução e crescimento das espécies, de modo que o potencial do setor está na pesca de captura em alto-mar.

Jonas Pinheiro

Esta restrição é hoje um dos principais entraves à expansão do setor pesqueiro, pois a frota brasileira está sucateada, despreparada para pescar em alto-mar e sem equipamentos modernos, acrescentou. Enquanto a Argentina e o Chile isentam de impostos a importação de equipamentos para a produção pesqueira, no Brasil as alíquotas variam de 14 a 50%, comparou.

O governo editou medida provisória isentando do pagamento de impostos federais e estaduais o óleo diesel usado por barcos de pesca, medida claramente emergencial, na opinião de Jonas Pinheiro, pois o setor precisa mesmo é de uma política governamental específica.

Edison Lobão

Lobão apóia artigo em defesa de Jatene

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu a transcrição nos Anais de artigo do ex-deputado Pires Sabóia sob o título "Tinha Razão Dr. Jatene", publicado no jornal *Correio Braziliense*, argumentando que o texto demonstra, com extrema nitidez, o "quadro de descalabro nos serviços de saúde pública no País".

Conforme o senador, Sabóia chama a atenção do governo para "as advertências do ex-ministro Adib Jatene, que durante todo o seu período à frente do Ministério da Saúde alertou o governo para o cenário de horror que se estava construindo com a carência absoluta de recursos de sua pasta".

- Jatene, que, com seu prestígio pessoal, obteve aprovação de emenda constitucional graças à qual foi possível vislumbrar uma solução para esse grave problema nacional, não pôde permanecer no ministério para aplicar tais recursos na correção das distorções identificadas - disse Lobão.

Calheiros pede que governo reveja aumento para planos de saúde

Reajuste de 30 por cento provoca grave impacto no orçamento e no bem-estar das famílias de classe média, alerta o senador

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) fez apelo às autoridades econômicas do País para que reconsiderem a "infeliz decisão" de autorizar reajuste das mensalidades dos planos de saúde em 30%. A seu ver, tal medida terá um grave impacto no orçamento e no bem-estar das famílias de classe média, além de estar fora do atual contexto de baixos índices inflacionários e de salários congelados.

Renan Calheiros

Renan Calheiros disse que o elevado número de usuários de planos de saúde no Brasil, que "hoje ultrapassam a casa dos 30 milhões", é resultado do colapso do sistema público de saúde. Na opinião do senador, o Poder Legislativo vem cumprindo o papel de apoiar a sociedade na luta contra os abusos e injustiças que são cometidos contra os usuários dos planos de saúde, e o Poder Executivo não pode agir de outra forma.

Conforme Renan Calheiros, os parlamentares sensíveis a essa questão têm apresentado projetos que visam eliminar a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de algumas doenças, como por exemplo a Aids. Outros, de acordo com o senador, oferecem mecanismos mais ágeis e rigorosos de fiscalização tanto das operações comerciais e financeiras como da qualidade do atendimento prestado aos conveniados.

Cafeteira é contra privilégio na CPMF

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) reagiu sexta-feira à possibilidade de o governo isentar da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) os investidores da bolsa de valores. Mencionando artigo publicado na imprensa, o senador afirmou que o governo está estudando essa isenção, o que em sua opinião é injusto.

- Tudo indica que para os especuladores haverá isenção, para os que trabalham, não. Parece que a CPMF vai ficar mesmo é para o baixo clero, para o povão que vai suportar mais essa sangria. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei, mas há uns privilegiados que não vão pagar a CPMF - salientou.

Depois de lembrar que foi contra a criação desse tributo, Cafeteira disse que os defensores da iniciativa invocavam a competência e dignidade do então ministro da Saúde, Adib Jatene, para aprová-la. "Votamos uma emenda na Constituição apenas porque o ministro se chamava Jatene. Sempre reconheci a capacidade e seriedade do dr. Jatene, mas a maior prova de que a CPMF não era a solução é que ele já saiu do ministério", frisou.

Cafeteira lamentou que a imprensa defenda esse e tantos outros atos governamentais, entre eles o Programa de Demissão Voluntária, que, a seu ver, não terá a adesão nem da metade dos funcionários prevista. "Só os muito capazes ou os que estão devendo muito dinheiro aceitam se demitir. E quando divulga os que foram bem sucedidos ao abrir um negócio com o dinheiro da demissão, a imprensa não publica a relação dos que estão passando fome ou se suicidaram", acrescentou.

Escórcio defende criação do estado do Planalto

Emenda constitucional apresentada pelo senador prevê nova unidade federativa formada pelas cidades-satélites e pelas comunidades do Entorno, após consulta à população

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) defendeu sexta-feira proposta de emenda constitucional que apresentou na última quarta-feira, reduzindo a área do Distrito Federal e criando o estado do Planalto Central, que seria formado pelas cidades-satélites e pelas cidades do Entorno, após consulta às populações. Segundo o senador, sua proposta pode não ser a melhor, mas possibilita uma discussão sobre a identidade política e a viabilidade econômica e financeira do DF.

Escórcio destacou que a população dos municípios circunvizinhos ao DF "vive à míngua de qualquer política pública consistente", já que o governo do Distrito Federal não tem competência legal para atuar naquelas comunidades, e os governos de Minas Gerais e de Goiás "parecem considerar essa população vinculada ao DF".

O senador explicou que a emenda pretende tornar possível a administração do Distrito Federal, para que este possa cumprir sua missão de abrigar os poderes da República e as representações diplomáticas.

Francisco Escórcio

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou a proposta oportuna, e disse que ela merece uma análise criteriosa. Já o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que a emenda permite ao País discutir um assunto que, com maior ou menor intensidade, "está na cabeça de todo mundo". O senador Lauro Campos (PT-DF), por sua vez, lembrou que Brasília é hoje uma *polis*, em que sindicalistas e movimentos populares vão às ruas.

Lauro não aceita retorno à época das nomeações

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou a proposta de emenda constitucional de iniciativa de Francisco Escórcio que, ao redefinir o território do Distrito Federal, estabelece que o governador local será indicado pelo presidente da República, e não mais eleito.

- O projeto permite que o governo federal volte a nomear prepostos, coronéis para o governo, situação contra a qual lutei em diversas frentes até que foram vencidas as resistências dos que não queriam que as organizações populares tivessem a conquista da cidadania, de escolher seus dirigentes - disse o senador petista.

Lauro Campos

Para Lauro Campos, o custo desse avanço democrático não é tão elevado em relação à nomeação de *coronéis* que justifique o retrocesso. "Se a idéia se alastra, devemos também acabar com a União, porque o governo federal está falido e dominado pela dívida externa, que cresce assustadoramente", afirmou.

Lauro Campos disse que Brasília não pôde se desenvolver porque o governo federal não deixou - "impediram que as indústrias viessem para cá, em nome da segurança nacional" -, mas destacou que, mesmo assim, o DF está em situação bem melhor do que diversos estados da Federação, como, por exemplo, no setor da saúde, que atende não só aos moradores do Distrito Federal, mas também a pessoas residentes no Nordeste, no oeste de Minas Gerais e em grande parte de Goiás.

O senador observou também que Brasília enfrenta dificuldades como todo o País, com alta concentração da renda e a exclusão dos pobres.

Lauro Campos condenou ainda a decisão do governo federal de demitir funcionários "ao invés de deixar falir banqueiros", e disse que os empresários, hoje, estão sendo transformados "em cidadãos que não têm o que fazer".

- O DF está no centro dessas agruras. Se não fizer demissões voluntárias, se não enxugar, se não deixar para trás reajustes devidos, verá as torneiras secarem - frisou.

Em apartes, manifestaram-se os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), que quis saber de Lauro Campos se Brasília havia melhorado com governadores eleitos, e Francisco Escórcio (PFL-MA), que se referiu à existência de bolsões de miséria no Distrito Federal.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Valmir Campelo, Francisco Escórcio e Romero Jucá

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vôos da Vasp que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade ■ **Editores** – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação – Sergio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

■ **Fotos** – CélioAzevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal